

**Nota curricular****I — Dados pessoais:**

Nome: Tatiana Isabel Silva Penedo Alexandre  
Data de nascimento: 03 de agosto de 1982

**II — Habilitações académicas:**

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2006.

**III — Experiência profissional:**

Jurista, “Inspeção-Geral dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar” (IGAMAOT) — [www.igamaot.gov.pt](http://www.igamaot.gov.pt) (entre novembro e dezembro de 2015), Exercício de direito na área de Direito Contraordenacional Ambiental, análise do processo e elaboração de propostas de decisão.

Jurista, “Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária” (ANSR) — [www.ansr.pt](http://www.ansr.pt) (desde 1 de julho de 2008 até 31 de agosto de 2015): Exercício de direito na área de Direito Contraordenacional Rodoviário, colaboração com a Universidade Católica Portuguesa (UCP) no âmbito de contratos de prestação de serviços: instrução, análise e elaboração de proposta de decisão de processos de contraordenação.

Advogada, em Regime de prática individual (desde 2011 até a atualidade): Aconselhamento e assistência em qualquer fase processual, de pré-contencioso ou de atuação judicial em processos de várias áreas do Direito. Patrocinando questões várias nomeadamente no âmbito do Direito da Família, Processo Tutelar Educativo, Direito Administrativo e Contraordenacional. Advogada e Advogada estagiária na Sociedade de Advogados “Santos de Oliveira & Associados”, (desde 1 de setembro de 2006 até 30 de novembro de 2010): Aconselhamento e assistência em qualquer fase processual, de pré-contencioso ou de atuação judicial em processos de várias áreas do Direito. Não sendo, no entanto descuradas as possibilidades de realização de acordos extrajudiciais que possam surgir, como forma justa e eficaz de pôr termo a litígios. Participação em processos judiciais civis, incluindo, entre outros, processos de responsabilidade civil, contratos, cobranças, arrendamento, trabalho, falência e recuperação de empresas. Participação em processos disciplinares (colaboração direta com Associações Profissionais) e em processos penais.

**IV — Formação complementar:**

Estágio profissional na Ordem dos Advogados do Conselho Distrital de Lisboa (2006/2009).

Frequentou diversos cursos, conferências e ações de formação, dos quais se destaca: Curso de Práticas Processuais Laborais (2008, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Lisboa), Curso de Processo de Insolvência (2009, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Lisboa), Curso de Preparação ao Concurso CEAGP — Módulo 1 — Organização do Estado e da Administração Pública (2015, INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas), Conferência “O Novo Regime Geral do Processo Tutelar Cível” (2015, Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, Delegação de Vila Franca de Xira).

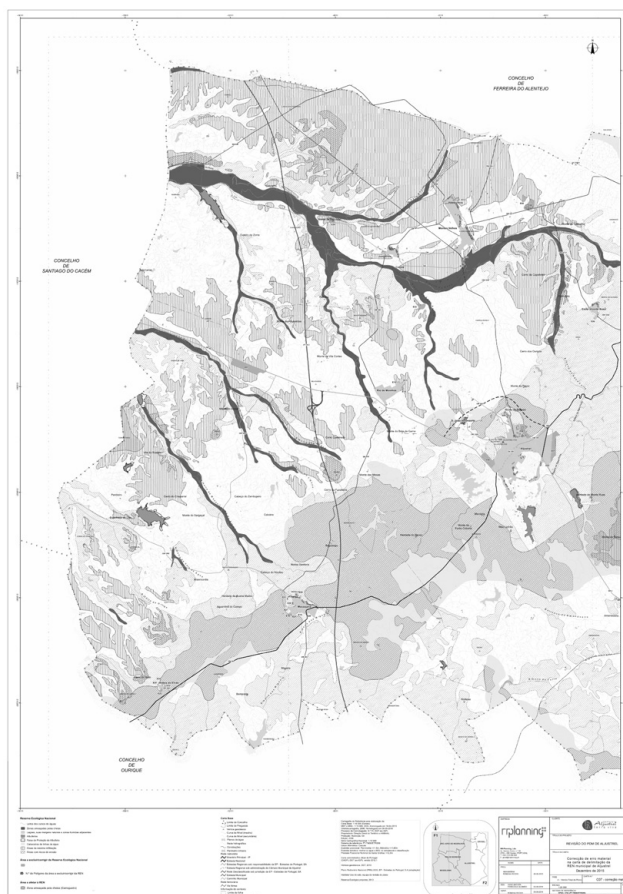
209279056

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

**Despacho (extrato) n.º 1397/2016****Correção de erro material na carta de delimitação da REN municipal de Aljustrel**

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na atual redação do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, é efetuada a correção material da Folha 1 da carta da Reserva Ecológica Nacional do Município de Aljustrel, republicando a mesma corrigida, atenta a apreciação devidamente fundamentada da referida correção, cuja documentação fica registada nesta CCDR.

29 de dezembro de 2015. — O Presidente (em regime de substituição),  
*Roberto Pereira Grilo.*



209268745

**Despacho (extrato) n.º 1398/2016****Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Nisa**

A delimitação da REN para a área do município de Nisa foi publicada pela Portaria n.º 133/95, *Diário da República* n.º 33, 1.ª série B, de 8 de fevereiro de 1995, com a alteração simplificada publicada pelo Despacho (extrato) n.º 11307/2014, *Diário da República*, 2.ª série n.º 173, de 9 de setembro.

A Câmara Municipal de Nisa apresentou, nos termos do disposto nos Artigos 15.º e 16.º e nos artigos 10.º e 11.º, todos do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, uma proposta de delimitação da REN para o município de Nisa, enquadrada no procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal respetivo.

A delimitação da REN segue o procedimento definido pelas orientações estratégicas publicadas pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, na redação da Declaração de Retificação n.º 71/2012, de 30 de novembro de 2012 e permite assegurar uma estrutura territorial que cumpre os objetivos de proteção em causa, no que se refere aos sistemas e processos biofísicos, aos valores a salvaguardar e aos riscos a prevenir.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) submeteu a referida proposta a parecer das entidades em sede de comissão de acompanhamento, conforme previsto no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro.

Registada a convergência de posições relativamente à proposta de delimitação, encontrando-se o correspondente parecer consubstanciado na ata da conferência de serviços, realizada em 4 de março de 2015 e na ata da reunião de concertação, realizada em 1 de julho de 2015, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 11.º do citado diploma, a conclusão do parecer é convertida em aprovação definitiva.

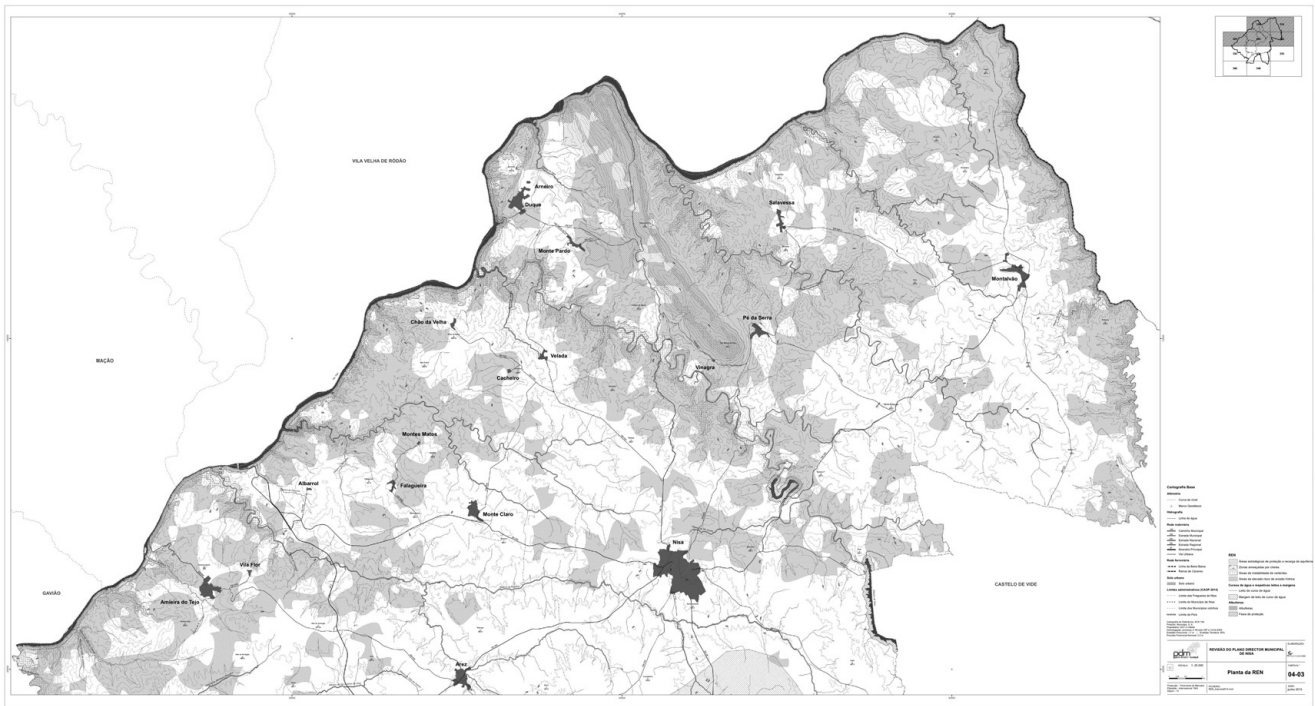
Assim, em conformidade com o disposto nos artigos 11.º, n.º 5, e 12.º, todos do diploma antes citado:

1 — É aprovada a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Nisa, com as áreas e respetivas tipologias de sistemas ecológicos identificados nas plantas anexas ao presente despacho, que dele fazem parte integrante.

2 — As plantas referidas em 1 e a memória descritiva do presente processo podem ser consultadas na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR do Alentejo), bem como na Direção Geral do Território.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

5 de janeiro de 2016. — O Presidente (em regime de substituição), *Roberto Pereira Grilo*.



209268778

## Instituto Nacional de Estatística, I. P.

### Aviso (extrato) n.º 992/2016

Em cumprimento do estabelecido na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, cessaram a relação jurídica de emprego público com o Instituto Nacional de Estatística, I. P., na data indicada e por motivo de reforma, os seguintes trabalhadores:

Carolina Jesus Costa Carvalho Vieira, Empregada de Refeitório com o nível salarial 5 da tabela de remunerações do INE, IP, em 21 de março de 2015;  
 José Fernando Marques Gomes, Técnico Adjunto de Estatística com o nível salarial 10 da tabela de remunerações do INE, IP, em 28 de maio de 2015;  
 Cidália Conceição Sousa Alegre, Técnica Administrativa com o nível salarial 11 da tabela de remunerações do INE, IP, em 01 de agosto de 2015;  
 Maria José Falé Carrilho, Técnica Superior de Estatística com o nível salarial 17 da tabela de remunerações do INE, IP, em 01 de agosto de 2015;

Licínio Castelo Saraiva, Técnico Adjunto de Estatística com o nível salarial 12 da tabela de remunerações do INE, IP, em 01 de setembro de 2015;

Florinda Palma Cláudio, Técnica Superior de Estatística com o nível salarial 16 da tabela de remunerações do INE, IP, em 17 de setembro de 2015;

Manuela Conceição Perides Colimão, Assistente Operacional integrada entre o nível 8 e 9 da tabela remuneratória única, em 01 de outubro de 2015;

Ana Maria Carreira Reis Pinto, Assistente Técnica integrada entre o nível 20 e 21 da tabela remuneratória única, em 01 novembro de 2015;

Joaquim Filipe Romeiras Nunes, Assistente Técnico, integrado entre o nível 20 e 21 da tabela remuneratória única, 6 de dezembro de 2015.

2016.01.18. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

209280043